

**Acción
Realis-
ta**

**revista
quinzenal**

Na séde da Acção Realista recebem-se donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados.

SUMARIO

- Do vinho e d'outras mercadorias*..... por D. Luiz de Castro
Carta aberta aos meus amigos e companheiros (aspecto economico)..... » H. de Paiva Couceiro
Ecos.
Duas attitudes sociaes... » João de Castro
Acção Realista Portuguesa.

Este numero contém 24 páginas

EXPEDIENTE

Participamos aos nossos assinantes que vamos proceder á cobrança da segunda série de dez números desta revista. Mas, para evitar despeza de cobrança pelo correio, muito nos obsequiavam todos aqueles que nos enviassem espontaneamente a importância de suas assinaturas, em troca do que remeteriamos o respectivo recibo.

Toda a correspondencia relativa à administração deve ser endereçada ao editor desta revista, Antonio Ferreira Junior.

Dois pedidos fazemos hoje aos nossos estimados leitores:

1.º que concorram, na medida das suas posses, para a subscrição do diário da Acção Realista;

2.º que cada um consiga, pelo menos, mais um assinante desta revista.

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

Lama

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 4021

ACÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA	EDITOR Antonio Ferreira Junior	Assinaturas (Pagamento adiantado) SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS Numero avulso — 1\$000 réis
--	-----------------------------------	--

Do vinho e d'outras mercadorias

O QUE NOS DIZEM AS ESTATISTICAS

Vinho para nós significa exportação. O vinho para nós é ouro. Não importar trigo, exportar vinho e cortiça eis o eixo da nossa theoria economico-agricola, sobre o qual ha-de girar, digam o que disserem, todas as engrenagens de uma futura vida desafogada commercial e financeira do paiz.

A Inglaterra leva-nos o nosso vinho do Porto e algum de pasto, mas o nosso grande trunfo n'este jogo da collocação dos vinhos de pasto, é o Brazil, graças ao numero de portugueses alli estabelecidos e que levam consigo, da mãe patria, o gosto pelo vinho portuguez.

Cautela, entretanto ! Não podemos estar descançados n'essa praça conquistada ; é preciso trabalhá-la constantemente.

A exportação de vinho nosso para o Brazil no anno de 1906 attingiu 435.000 hectolitros. Ora, em 1915 a exportação foi de 300.000 Hl; a de 1916 de 287.000 hectolitros ; a de 1917 de 260.944 hectolitros.

Dopois, é uma derrocada até 1919 ; são 256.193 em 1918 ; são 153.296 em 1919 ! Em 1920 sobe-se um pouco. Vae até 254.319 hectolitros, numero que fica muito afastado d'aquelle que representava a nossa exportação quatorze annos antes, por exemplo, em 1906.

D'estes totaes extractemos os numeros representativos dos vinhos comuns branco e tinto :

1917.....	233:078	hectolitros
1918.....	188.926	»
1919.....	134.356	»
1920.....	218.010	»

Ponhamo-los em confronto com as exportações para Inglaterra de vinhos d'esta mesma cathegoria :

ACÇÃO REALISTA

1917.....	17.400	hectolitros
1198.....	10.903	»
1919.....	15.196	»
1920.....	7.774	»

Numeros são esses que bem provam a minha affirmação de que o *trunfo*, nas colocações dos vinhos de pasto portuguezes, é o mercado brasileiro.

A Inglaterra é, em contra-posição, o grande consumidor dos vinhos que as nossas pautas aduaneiras denominam *licorosos*. Assim, na estatistica, podemos ver que nos levou de vinhos licorosos não especificados, vinho da Madeira e vinho do Porto em :

1917.....	147.387	hectolitros
1918.....	273.208	»
1919.....	521.684	»
1920.....	272.757	»

em uma exportação total de vinhos d'essa cathegoria de

260.748	hectolitros	em.....	1917
674.140	»	».....	1918
749.215	»	».....	1919
394.342	»	».....	1920

ficando o mercado brasileiro, d'esta totalidade, apenas com

28.867	hectolitros	em.....	1917
28.287	»	».....	1918
18.941	»	».....	1919
36.308	»	».....	1920

A média d'esses quatro annos, os ultimos que a estatistica nacional nos dá, fica para a Gran-Bretanha em 353.734 hectolitros e para o Brazil em 28.100 hectolitros, enquanto que para os vinhos comuns de pasto, em contraposição, cabem ao consumidor brasileiro 193.342 hectolitros e ao britanico tão sómente 12.818 hectolitros.

Mas um facto ha terrivelmente curioso e ao qual se não tem ligado a importancia que lhe é devida. O Brazil começa a ser maior exportador para Portugal do que importador de cousas portuguezas. Vae-se invertendo a ordem dos factores, justamente quando nós mais carecíamos de collocar lá fóra mais unidades de producções nossas.

Portugal em 1921 importou do Brazil cerca de 72.000 toneladas de assucar, algodão, milho, arroz, café, coirama, banha de porco etc. contra 20.000 toneladas que para lá exportamos d'outros generos.

E, entretanto, temos nas nossas colonias todos esses generos, sobre alguns que o solo continental produz.

Em milho trouxemos do mercado brasileiro 5.500 contos representado por 20.500 toneladas! E produzimos milho na Europa; e Benguella, na Africa, tem no milho sua maior riqueza, que muitas vezes por lá apodrece nos armazens em razão de não haver meio de transporta-lo para aqui.

E apesar da riqueza pastoril de Angola, tão falada, trouxemos do Brazil 12.000 toneladas de coirama no valor de 7.000 contos!

E em café — em café! — vieram-nos de Santos, e não adquirimos nas nossas colonias, 500 toneladas no valor de 600 contos.

No ano mais recente de 1923 a nossa exportação avalia-se, pela estatística brasileira, em 150 milhões d'escudos, mas as nossas compras no Brazil attingem 240 milhões!

Regressemos, porem, ao commercio vinicola.

No mercado brasileiro, nosso principal consumidor de vinhos de pasto, temos de defrontar-nos com os vinhos italianos e com os hespanhoes.

Em Hespanha e na Italia produz-se vinho mais barato do que em Portugal. O proprio Brazil é paiz vinhateiro.

No seculo XVIII o nosso D. Luiz da Cunha já escrevia a Marco Antonio de Azevedo Coutinho: «... quanto ao vinho, como no Brazil não faltam parreiras, que fructificam duas vezes no ano, pouco cuidado e trabalho bastaria para se poder fazer; não digo bem; mas que pelo tempo adiante o poderia vir a ser; pois que o do Cabo da Boa Esperança é hoje tão estimado...»

Agora a vinificação é uma industria brasileira. Em Caxias deve estar definitivamente organizada a Estação de Viticultura e Tecnologia do Rio Grande do Sul, que com a estação do Acodoro, «serão centros technicos de estudos, conselhos e exemplos para a systematização da industria vinicola, que technicos especialistas asseguram vir a ser de largo futuro no Brazil» (Fernando de Almeida e Vasconcelos — «Os progressos da industria agricola no Brazil»).

Assim se nos apresenta o futuro do nosso grande mercado de vinhos de pasto.

Vejamos o dos vinhos generosos. Este é mais auspicioso. Examinemos a estatística ingleza. Ella nos dá o *facies* do mercado de vinhos n'aquelle paiz.

Contrastando com a anulação das importações dos Estados Unidos da America do Norte, a Gran-Bretanha apresenta-nos numeros indicativos de uma compra crescente de vinhos.

Duma importação de 8.863.637 galões em 1921, passou a 11.577.192 em 1922, para em 1923 subir a 13.049.275 galões.

Marque-se agora, nesta ultima totalidade, quanto cabe ao vinho generoso portuguez — o do Porto com a parte do leão — entre todos os outros vinhos importados. Emquanto que de Portugal chegavam em 1923 ao mercado britanico 6.394.698 galões, vinham:

Da França.....	2.785.199
» Hespanha.....	2.389.428
» Australia	679.980
	247

ACÇÃO REALISTA

Da Italia.....	493.999
» Alemanha.....	132.917
D'outras provincias.....	173.054

Mantivemos, pois, uma superioridade imponente, com os nossos vinhos, sobre todos os outros vinhos.

Reduzam-se os galões a hectolitros para ser a quantidade mais comprehendida pelo publico portuguez :

Portugal	291.329	hectolitros
França	126.493	»
Hespanha.....	108.480	»
Australia	50.871	»
Italia	22.427	»
Allemanha	6.036	»

Não nos vamos emtretanto enthusiasmar desasizadamente com estes numeros. Es-miucemol-os.

Se compararmos esta quantidade attribuida a Portugal em 1923 com as que deixamos anteriormente marcadas, referentes aos annos de 1917, 1918, 1919 e 1920, vemos que se ha augmento em trez verbas, ha uma diminuição, muito mais consideravel do que aquelles accrescimos, em uma d'ellas.

Em 1917.....	147.387	hectolitros
» 1918.....	273.208	»
» 1919.....	521.684	»
» 1920.....	272.757	»
» 1923.....	291.329	»

Pode, pois, considerar-se a exportação de Portugal para Inglaterra *estacionaria* e o augmento da importação de vinhos n'este paiz, proveniente d'outras origens.

São sobretudo vinhos francezes de Champagne e da Borgonha, os beneficiados. Os de Saumur mantem-se como os nossos, não avolumam o seu negocio. Os vinhos d'outras origens diminuíram-n'o.

D'aqui *talvez* se possa concluir que o mercado inglez é mormente para vinhos do Porto (apesar de não se alargar), para os de Champagne e para os de pasto muito bem preparados, equilibrados nos seus elementos, de paladar requintado, capazes de figurarem em mezas de comida fina.

Não dou novidade alguma a nenhum entendedor com esta referencia aos vinhos de pasto, mas nunca é demais repetil-a para que evitados sejam os maus resultados d'um optimismo sem base segura.

Os nossos vinhos de pasto — não nos referimos ao de Collares — enquanto não entrarem n'aquella cathegoria de vinhos apurados, não terão compradores firmes em In-

glaterra, onde, ainda assim, só poderão concorrer com os francezes, se os seus preços forem bastante mais modicos do que os de França. Technologicamente poderá lá chegar-se, economicamente não sei.

Para vinhos de pasto ordinarios lá está no mercado britanico um fornecedor *de casa*, um *dominion* a Australia ; e lá estão a Italia e a Hespanha com preços que muito contrariam a nossa concorrência.

Quanto ao mercado francez, consideramol-o de tal maneira temporario e alcatorio que não vale a pena, quanto a nós, entrar em considerações a seu respeito.

D. Luiz de Castro.

Conde de Nova Goa

Que sistêma de dirigir um povo !

E ainda ha quem o defenda ! Ainda ha quem precognize o regimen constitucional !

... o sistêma constitucional, entre nós, numa experiência de perto de oitenta anos, faliu...

ANTONIO CABRAL.

antigo ministro da Corôa

CARTA ABERTA AOS MEUS AMIGOS E COMPANHEIROS

IV

ASPECTO ECONOMICO

Nenhum plano economico, por sabio que fosse sob o ponto de vista da Technica, lograria viabilidade feliz, se acima d'elle não existisse um regimen politico capaz de garantir-lhe os conditionalismos necessarios para o seu desenvolvimento, quer dizer a ordem e a segurança, — a paz politica e social.

Assim antes do aspecto economico tratámos o politico e o social.

Nada de grande póde fazer-se, comtudo, na Economia, como aliás em todos os campos, sem as colaborações publicas ; sem que o Povo tome parte d'espírito no esforço a que se lança hombros ; sem que elle entre no emprehendimento, não com uma forma de trabalho sêcamente mecânica e mercenaria, mas com o interesse de quem exerce o seu labôr sabendo e sentindo que, cada um com a sua pequena parcela, está concorrendo e participando na magna obra do levantamento Nacional.

Egoistas são os homens por natureza, — bem sabêmos — procurando nos casos correntes a sua propria conveniencia, primeiro que tudo. Mas cabe ás Instituições dispôrem a sua estrutura por forma tal que esse egoismo em vez de funcionar na esphera estreita das aspirações individuaes, funcione pelo contrario como um egoismo integral e sagaz que, conhecendo bem o seu interesse verdadeiro, abrange no seu egoismo pessoal a sua Familia que lhe serve d'amparo em todas as contingencias da vida, a sua Corporação, Municipio, e Provincia ,que lhe promovem os interesses imediatos, e a sua Patria que é o paladio superior dos seus fóros, liberdades e prosperidades.

A nossa reconstituição economica requer a Cooperação Nacional, e «ipso facto» as Instituições proprias para tal efeito.

As quaes evidentemente não são as que assentam sobre o egoismo individual, divisor por essencia, — quer dizer não são as Instituições Constitucionalistas. — mas sim aquellas cujo systema obedece ao pensamento logico do egoismo integral, associativo por essencia, — quer dizer as Instituições orgânicas.

Prova-se, pois, a impropriedade do Constitucionalismo perante o problema economico, como antes se provára perante os problemas politico e social.

Embora em breve, descrevemos atraz o methodo d'estructura social economica, ao abrigo do qual pensâmos que deve poder operar-se a coordenação e o equilibrio de todos os elementos das forças productoras, no sentido da expansão economica.

Considerámos, pois, suficientemente esclarecida tal materia por agora.

Esse grande agrupamento Cooperativo, que enfeixa todas as actividades da Economia do Paiz, funcionará — nem doutro modo teria viabilidade — sob o principio superior de que o Interesse Geral e Nacional predomina e governa sobre todos os interesses particularistas, persuadidos estes de que o imperio d'essa lei representa, para cada um em particular, a melhor das salvaguardas.

E claro está que a organização, formada debaixo d'um tal principio, oferece desde logo ao Governo base firmissima para delinear, e levar avante, um plano de politica economica coherente e eficaz ; isto é, para pôr em practica um verdadeiro Nacionalismo Economico.

N'esta ordem d'ideias, o Governo interpretaria o exercicio das suas funcções em termos *intervencionistas*, não burocraticamente, mas sim apoiando-se em estações technicas competentes, na sua colaboração directa com as suas proprias forças productoras. Assumindo o papel d'encaminhar as actividades patrias na orientação do melhor aproveitamento dos recursos naturaes do Paiz. Colocando as questões economicas no plano superior em que devem tratar-se, e tratando-as de facto em entendimento intimo com a Agricultura, a Industria e o Comercio, devidamente representados. E chegando mesmo, em certos casos, a auxiliar com o seu credito monetario, empreendimentos de visivel utilidade publica, e de segura productividade, cuja criação representasse acrescimo efectivo no patrimonio nacional, e cujos rendimentos, directos ou indirectos, haveriam de pagar sobejamente os capitães que para elles concorressem. N'uma palavra, o Governo, sem absorpção de Centralismo systematico, e sem comprimir a sã florescencia das iniciativas particulares, — prestaria, ao Trabalho Nacional, coordenações, methodos, auxilios e toda a classe d'estimulos, que se contenham no seu Poder e possibilidades.

Não cabe aqui entrar em detalhes sobre a forma concreta d'effectivar este modo d'entender as cousas.

•

Os factos apontam-nos a Agricultura como o primeiro interesse da Economia Nacional visto que representa na verdade a mais vasta e productiva actividade da Nação.

Mas tradicionalmente e efectivamente, não é apenas Agricola, mas tambem Colonial e Maritimo, o nosso Paiz. E demais a propria Agricultura não poderia progredir sem os mercados e poder de pagamento que o exercicio paralelo d'outras Industrias lhe garanta, e mesmo sem o concurso directo d'algumas d'estas, como por exemplo as da electricidade, e fabrico d'adubos chymicos e orgânicos.

A verdade é que o problema economico deve encarar-se como um conjuncto interdependente, e interligado, — Metropole, Colonias e Mar, — completando-se e coadjuvando-se reciprocamente. Tudo isto são cousas rudimentares e conhecidas, mas como não vemos que se traduzam em realidades portuguezas, não será demais que as vamos repetindo.

Para um certo numero de productos agricolas e fabris da Metropole, — vinho e tecidos d'algodão, não indo mais longe — são os dominios Ultramarinos mercado natural, como inversamente o é a Metropole para as materias primas coloniaes. E a realização d'esta troca de serviços, — no que diz respeito particularmente aos dominios Atlanticos,

ACÇÃO REALISTA

— requer a existencia da Navegação Nacional com fretes accessiveis aos productos chamados pobres.

Sem Navegação mercantil, em geral, nem mesmo teremos nunca Comercio que valha, visto que as tarifas de fretes são arma comercial que o estrangeiro concorrente manejará sempre contra nós. Nem Lisboa passará jamais de porto d'escala e caes de passageiros e correio, se não possuirmos Marinha Nacional visto que os navios estrangeiros conduzirão sempre as suas cargas para os respectivos portos d'armamento.

Em resumo o Fomento das Colonias, e o desenvolvimento intenso da Marinha Mercante, são dois objectos dignos de mais alta solitudine em conexão imediata com o problema interno do Continente portuguez.

*

N'estes termos, o Nacionalismo Economico orientaria a sua politica comercial nas bases seguintes :

Regimen proteccionista applicavel : á producção d'alimenticios, e aos generos coloniaes ; ás industrias importantes preestabelecidas ; ás industrias que afectem essencialmente a vida do Paiz e a sua defeza ; ás industrias viaveis em geral ; e ás industrias que trabalhem materias primas Coloniaes.

O protecționismo seria interpretado como estimulante para aperfeiçoamentos, e não como amparo de rotinas, em prejuizo do consumidor. Não ficariam ao abrigo do protecționismo do Estado as novas industrias que se estabelecessem sem parecer favoravel do « Instituto d'Investigação Scientifica ».

Quanto ás Colonias, — o regimen teria em vista apertar os laços entre a Metropole e os dominios d'Africa Occidental especialmente, pelo intercambio das producções respectivas, mantido por um systema de diferenciaes de pauta aduaneira, — por um largo serviço de transportes nacionaes, — e pela facilitação reciproca de mercados. Não convêm importar algodão do Egipto ou da America, que pagarêmos em ouro. Mas sim d'Angola que será pago em tecidos da nossa industria. Com os nossos vinhos, conservas, chapeos, cutelarias, vidros e artefactos varios, se pagarão oleoginosos, gômas, resinas, borrachas, café e cacau, madeiras, pasta de papel, fibras, etc. etc., não para exportal-os em bruto para o estrangiro, mas para transformal-os, por nossa industria, em oleos, sabões, velas, glycerina, «tourteaux», gorduras alimenticias, vernizes, obras de borracha, ebonite, chocolates, papel, cordas, etc. etc.

Isto é, o regimen terá em mira, d'um modo geral, estimular a producção de materias primas Coloniaes, e, na Metropole, as industrias correspondentes. Portugal e Angola teem elementos para formarem um todo economico, com vantagens para ambos os lados.

Não se trata de renovar antigas ideias de « Pacto Colonial ». Trata-se, sim, de fomentar um naturalissimo intercambio entre os troços destacados da mesma Patria, que são a Metropole e as Provincias Ultramarinas. Estas continuarão tendo, como sempre teem tido, possibilidade de tracto comercial com os seus visinhos, e outros Paizes. A propria Metropole só tem a ganhar quando as populações das Colonias colocando bem as suas exportações em mercados estranhos, que lhe deem comodidade, augmentem por essa forma o

seu poder comprador, isto é a sua capacidade como mercado para os productos e manufacturas provenientes da mesma Metropole. Trata-se apenas, em resumo, d'aplicar um regimen d'auxilio mutuo economico, em termos racionaes, e de comum beneficio, dentro de principios perfeitamente analogos, aliás, áqueles que adoptam outros Paizes Coloniaes, como a França, Belgicas, Italia, e mesmo a propria Inglaterra, de classico livre-cambismo.

A expansão d'esta politica envolve para Lisboa (sem prejuizo do que caiba a outros portos do Continente) a funcção de verdadeiro porto de Comercio, e metropole Colonial, papel conforme com a tradição historica, mas cujo desempenho nos tempos modernos não corresponde nem de longe aos pergaminhos e titulos dos «Senhores da Navegação, e do Comercio, da Ethiopia, Arabia, Persia, e India». Basta olhar para as estatisticas, e para a triste decadencia da nossa Marinha mercante.

«Quem nos dera voltar para traz!» novamente repetimos.

O grosso da exportação da nossa Africa Occidental tem-se constituido principalmente com mercadorias ricas, menospresando, um tanto, a fonte de prosperidade que deriva da vasta exploração de mercadorias, menos ricas, mas de grande consumo e primeira necessidade. Essas vastas explorações é que podem fornecer abundante materia de frete, e dar lugar portanto a largos desenvolvimentos da Marinha mercante Nacional, elemento indispensavel para a existencia d'um verdadeiro porto de Comercio.

Acrescimo de materia de frete conseguiriamos tambem quando oferecessemos ás regiões hespanholas fronteiriças, atravez do nosso territorio, as suas melhores linhas d'evacuação comercial, mais rapidas e mais economicas. Nas vias ferreas do Alemtejo, e no estuario do Tejo, ha providencias a tomar n'este sentido.

Para avolumar o movimento tambem concorreriam as providencias tendentes a facilitar a navegação fluvial em todos os rios que a isso se prestam.

Em resumo Portugal pela situação geografica que ocupa em relação ás colonias, por um lado, e em relação a Hespanha e Europa em geral, por outro lado, tem em aberto perante as suas actividades uma larga perspectiva comercial, como centro distribuidor de mercadorias e officina de tratamento de materias primas.

Outro papel temos a considerar que é o do porto de Lisboa como nó de ligação da parte terrestre com a parte maritima, da grande linha internacional de transito, de passageiros e correio, entre a Europa, America e Africa Occidental e Meridional, e vice-versa. Ha estudos feitos e projectos sobre todas estas materias, tendo em vista transformações, e ampliações do porto de Lisboa nas duas margens do Tejo. A questão é que haja tambem um verdadeiro Estado Portuguez capaz de levar ávante as obras, completando-se com um regimen aduaneiro que simplifique e abrevie os despachos, e que faculte, em recintos proprios, as convenientes isenções e facilidades para depositos, manipulações e exportações.

Metropole colonial, e chave estrategica de comunicações mundiaes — a Nação precisa que, a esses atributos de soberania e de geografia, correspondam ás adequadas installações maritimas, e processos acertados d'administração economica.

ACÇÃO REALISTA

O facto de nos referirmos um pouco mais em especial ao porto de Lisboa, não significa que deva merecer-nos menor solícitude o porto de grande navegação Leixões-Douro e a sua ligação com o systema ferro-viario que entesta no Porto. E os demais portos de navegação de longo curso, ou pesca, na proporção das suas funcções economicas.

Todas estas considerações fazem parte d'um plano de conjuncto que se liga — ociso será dizel-o, — com um systema de convenções commerciaes, organização consular, informações e propaganda commercial, defeza das marcas regionaes e fomento em geral do Comercio exportador.

É obrigação primordial do Poder Publico empregar os meios juridicos e financeiros ao seu alcance, para que as prosperidades, colectiva e privada, se desenvolvam quanto possivel, e a paz, e a colaboração de classes, se estabeleçam sobre solidas bases de justiça social, e d'equitativa distribuição de riquezas.

E se os recursos naturaes do País não se encontram devidamente explorados e aproveitados, compete ao Poder Publico, por intermedio de legislação oportuna, e de tonicos em harmonia com as conveniencias de cada caso, evitar e auxiliar as iniciativas particulares, nos termos e limites necessarios para que a machina do trabalho se ponha em movimento eficaz, e o objectivo do enriquecimento nacional se converta n'uma realidade efectiva.

Esta politica de therapeutica intervencionista sempre aconselhavel em these, — parece-nos mais que aconselhavel, imprescindivel, no momento de crise que atravessámos.

A Agricultura Portugueza não sustenta os nossos cinco milhões de habitantes e o deficit das suas colheitas peza mesmo como poderoso factor de desequilibrio sobre o prato da balança geral de pagamentos. Deficit tanto mais para lamentar, quanto a culpa da sua existencia menos provêm de faltas de terra ou de capacidades d'esta, do que de falta das orientações convenientes para atingir producções maximas.

N'este capitulo agrario temos pois diante de nós um verdadeiro problema nacional, reclamando solução sem perda de tempo.

Levantou-se o Reino Portuguez sobre a base da instituição de concelhos, aos quaes se outhorgavam por um «foral» as garantias necessarias para estimular as iniciativas criadoras de novas culturas e povoamentos.

Passaram 8 seculos, e a obra está ainda incompleta. Dos oito e meio milhões d'hectares cultivaveis, que no País se contam, apenas uns cinco a cinco e meio se acham cultivados (Portugal Economico d'Anselmo de Andrade pag. 43 e 48).

A obra tem pois de continuar-se.

Ao antigo «foral» que n'esses passados tempos logrou fixar os cultivadores á terra, procurêmos substituir alguma especie de moderno foral, ou estatuto orgânico, onde se facultem as condições de credito, d'auxilio mutuo, e d'exercicio de trabalho, suficientes e adequadas para conseguir, hoje, fins analogos aos d'outr'ora.

Abrangeria esse estatuto, — alem da colonisação propriamente dita — o arrenda-

mento individual de «casas» preparados «ad hoc,» — e o arrendamento colectivo a Syndicatos ou Cooperativas agrarias.

Tomando, em todas essas modalidades, a Família como unidade cultivadora. E, acima da Família, a «União de Famílias,» que se agremiassem á sombra d'um Cooperativismo obrigatorio. A permanencia, e a ligação á terra, seriam suscitadas por clausula expressa dos contractos. E tambem pela instituição do «Patrimonio de Família,» indivisivel, inalienavel, e transmitido por sucessão sem partilha.

Renovar-se-ia n'uma palavra o bello pensamento d'Elvino de Brito com os seus «Casas de Família,» e d'Oliveira Martins com os «Casas indivisiveis» do seu «Projecto de Fomento Rural,» de 1887.

Os detalhes d'um plano agrario, seria inoportuno inseril-os aqui. Pretendêmos apenas acentuar a alta importancia d'este problema que envolve, a nosso ver, a raiz mais vital da nossa reconstituição economica.

Problema que, nos seus termos geraes, consiste em obter melhor distribuição das populações, e maior povoamento d'aquellas areas onde o espaço sobra, como sejam nomeadamente as provincias de Traz-os-Montes e Alemtejo; e em introduzir processos agricolas mais productivos na parte do territorio cultivavel que hoje se encontra mal aproveitado.

A successiva solução practica d'estas finalidades, parece-nos que muito teria a lucrar se o Estado a incumbisse a um organismo permanente, com largas faculdades e autonomias juridicas e administrativas.

Os representantes da technica agronomica, pecuaria e sylvicola, engenheiros e seus auxiliares, teriam dentro e á sombra d'esse organismo papel de primeiro grau a desempenhar, desde os estudos e projectos até á implantação e fiscalisação sobre o terreno d'essa obra d'expansão agricola, e povoadora, d'onde tão altos beneficios ha a esperar para o acrescimo do Poder Nacional, e para o equilibrio da nossa economia, e das contas do Theouro.

Póde acaso sugerir-se que a execução de taes ideias implica despesas d'Estado, na propria conjunctura em que as restricções e compressões mais se impõem. Julgâmos, pelo contrario, que, precisamente porque as finanças do Estado se encontram em dificuldades, é que a urgencia se levanta d'empregar fundos em applicações reproductivas. E o enriquecimento economico é não só o melhor, mas mesmo o unico remedio eficiente, contra a crise fazendaria.

Os recursos para financiamento da empreza colonisadora, iria o Estado procural-os por exemplo á Caixa Geral dos Depositos, cujos fundos, convergindo de todo o País, não podem certamente ter applicação mais legitima e mais justa, do que volverem para certas regiões de sua origem, sob a forma de salutaes providencias d'incontestavel interesse nacional. Demais não deve avultar excessivamente o encargo directo e immediato sobre o Theouro, visto que este só paga de facto as despesas d'instalação e manutenção dos Serviços Publicos nos centros de população que se criam, inscrevendo-se, os restantes dispendios como adiantamentos ou emprestimos, que as Cooperativas, colonos e arrendatarios hão de amortisar successivamente.

O falecido José Maria dos Santos sabia bem como se tratam proveitosamente ques-

tões d'esta natureza, e poderêmos esperar, talvez, que o seu espirito benemerito venha inspirar-nos, e ensinar-nos a conduzir com exito, obras análogas áquellas que elle realizou nas suas propriedades do Pinhal Novo, ao sul do Tejo.

E para imital-o, em mais vasta escala, — ¿ onde iria o Estado buscar terras ?

Antes da resposta, e afim de varrer a minima sombra d'equivocos, acentuarêmos, — embora, com luz meridiana, se inclua e deprehenda do que atraz fica exposto, — que o regimen orgânico se baseia na Familia, — como celula base da Instituição-Patria ; — na propriedade como o mais eficaz estimulante do trabalho e da economia ; — e na Herança como complemento natural da propriedade.

Formalmente se opõe, portanto, o regimen orgânico a tudo quanto, no terreno politico, social, ou fiscal, signifique ataque ou menosprezo desses principios fundamentais. Ou, por outras palavras, é o dito regimen orgânico, em todos esses aspectos, a contrapartida franca e declarada aos regimens colectivistas e comunistas, que entendem fazer a felicidade da mundo arrancando aos possuintes a sua propriedade e fortuna particular, para distribuil-as socialmente aos não possuintes.

Nós, pelo contrario, entendêmos que a felicidade material do mundo se consegue criando riqueza, e garantindo para esse efeito, a cada um, o producto livre do seu trabalho, e a plena disposição e faculdade legataria, sem extorsões fiscaes, da respectiva accumulção capitalista. Crêmos firmemente que é assim que se atinge a prosperidade geral, cujas repercussões servem muito melhor os menos afortunados, do que as migalhas que acaso caberiam a cada um, em virtude das distribuições sociaes, collectivistas ou comunistas, dando mesmo de barato que taes distribuições se fizessem com justiça.

O nosso caminho para suprimir, quanto possivel, o salariado, é antes o das cooperações, e o do augmento do pequeno numero de pequenos proprietarios e capitalistas, conforme o regimen orgânico tem em vista promover.

O que não impede que a grande propriedade tenha tambem a sua missão, — não só nos casos em que a exploração feita sobre planicies extensas represente grande economia, — mas ainda como escola de novos processos agricolas, cuja experiencia não é accessivel a proprietarios mais modestos.

(Continúa)

H. de Paiva Couceiro.

ECOS

SACADURA CABRAL

Depois de ter conquistado à vida o seu tesouro de immortalidade, Sacadura Cabral morreu como um herói aureolado de misterio. A morte é a consagração do destino.

Ningem poderá isolar a vida desse heroico aviador da beleza misteriosa da sua morte! Alma altivamente criadora, a sua morte foi uma curva de beleza épica a encimar tudo o que o navegador do ar sonhou e realizou.

Icaro, tentando subir cada vez mais nas suas azas de cêra, foi sepultado nos abismos do mar. O mito helenico, na sua sintese escultural, conserva a beleza virgem das ondas do mar e das ondas do ceu, irmanando-as num purissimo consórcio cósmico. E' por isso que a morte de Sacadura Cabral se ilumina duma alta e deslumbrante beleza heroica. Não lamentemos a sua morte porque a morte dum heroe deve ser sentida com um augusto e sereno respeito.

O génio da nossa raça, a consciencia ancestral, que é uma perene chama exaltante, guiou o seu sonho, modelou a sua ansiedade, libertou o seu destino da miseria transitoria e frágil. Se o nome de Sacadura Cabral se inscreve agora, em traços imorredouros, nas lápides da nossa historia, é porque a superior consciencia da nossa raça viveu no seu espirito e acompanhou o vôo atlantico do seu avião. Vôo dum significado profundamente lusitano que se alimentou da mais viva e fremente essencia do nosso tradicionalismo! Atravez de todas as misérias do nosso tempo, da anarquia em que nos debatemos, da desagregação dos vínculos morais da nacionalidade, ha um vago rumor de anunciação, uma escapada de reconfortante e invencível esperanza. Vozes de poetas predizem, em suas profecias, o futuro da nossa pátria livre da *vil tristeza*. Na alma do povo uma neblina sebastianista acalenta o resgate dos dias vindouros. A historia do nosso passado ressurge viva e verdadeira, palpitante dum sentido eterno. A pouco e pouco, ganhando as inteligencias, vencendo os corações, acolhendo-se á chama intima da nossa alma, a Pátria acorda do seu sono, ergue-se acima dos nossos destinos passageiros, como a realidade imortal, o espirito imperecível. A pátria é a continuidade viva, a persistencia, o lar agazalhador, a memória e a esperanza, o serviço e a glória. A sua essencia superior e eterna transfunde na nossa alma uma humanidade profundissima. Sacri-

ficar-se por éla é integrar-se na verdade mais bela e mais excelsa do nosso destino, — é estabelecer o vinculo com as gerações que nos precederam, que rumorejam na nossa vida interior como um côro de vozes libertadoras, e nos deixaram o Futuro em Testamento.

Sacadura Cabral teve a gloria de servir a Pátria. Continuator da tradição portuguesa, só faltou á sua obra construtiva o ambiente de solidariedade, de unidade nacional, dominada por um superior pensamento português. No Portugal desorganizado dos nossos dias, o seu vôo atlantico foi um grito de lusitanismo, uma afirmação precursora do nosso futuro, — futuro que aqui preparamos, que desejamos construir sobre a nossa esperanza fremente de lusiadas. A morte sepultou-o nas ondas do mar, as ondas do mar cantam agora o hino da sua glorificação! Sepultura bem portuguesa, o mar!

Inclinémo-nos deante da sua memória com uma religiosa concentração de espirito, celebrando os feitos que ilustram o herói sepulto no misterio. Morreu agazalhado na Cruz de Cristo, — na memoria das caravelas!

Destino de beleza heroica, morte de trágica beleza!

O MANIFESTO

O Conselho Superior da Politica Monarquica acaba de dar a público o seu anunciado manifesto ao Pais.

E' um documento a que não queremos deixar de nos referir atendendo a certas afirmações que nele se contém. E referimo-nos com jubilo porquanto vemos que aquele organismo monarchico repudia certas afirmações anteriores para se aproximar nalguns pontos do nosso doutrinarismo politico-social. Isto mostra quanta verdade nos assiste, e quanta razão tinhamos para lamentarmos a orientação que o Conselho estava tomando.

Desses pontos, os mais importantes são o problema religioso e a questão politica. Quanto ao primeiro, o Conselho Superior de Politica Monarquica afirma agora que a futura Monarquia concederá á Igreja todas as liberdades o que tem jus, especificando a de congregação e ensino, e que o Estado será Católico Apostólico Romano. Bem haja o Conselho Politico que assim reconsiderou no erro que tinha cometido, e dêle se vem penitenciar. A «Acção Realista», que é tão católica como monarchica, regosija-se sinceramente com esse facto.

ACÇÃO REALISTA

A outra passagem do manifesto que nos merece especial menção, é a que se refere á futura Constituição da Monarquia.

Várias vezes se tem tentado obscurecer as declarações de El-Rei e o espirito do Pacto de Paris, no que diz respeito ao sistema politico da Monarquia a restaurar chegando-se a afirmar ultimamente que duma forma clara e iniludível estava entendido que a Monarquia futura seria a de 910 com a Carta de 26. Por nossa parte repelimos logo tal interpretação. Mas agora é o proprio Conselho Politico que vem desfazer essa versão — que chegou a ter foros de official — dizendo que «a eleição das Cortes Geraes (sic!) será regulamentada» segundo as bases do Acôrdo de Paris, isto é, a constituição dessas Côrtes será determinada, não pela Carta Constitucional e seus Actos, mas por lei promulgada pela corrente monarchica que dominar na Restauração. E' uma satisfação ás nossas reclamações contra a mistificação com a qual se pretendeu excluir os monarchicos anti-liberaes da Causa monarchica ou obriga-los a colaborar naquilo que elles, justamente, repudiavam.

Emfim, tanto a condenação do regalismo consignado no art. 75.º da Carta Constitucional, como a declaração de protecção ás corporações profissionais, — dissolvidas em 34 por «contrárias ao espirito da Carta» — como a afirmação de que «a Monarquia Restaurada será conservadora e tradicionalista», são três asserções que implicam a rejeição pura e simples da Carta maçónica e estrangeira de 1826. Agora já não somos só nós que repudiamos a Carta; é o proprio Conselho Politico!

E, portanto, parafraseando um celebre artigo do nosso prezado colega «O Dia», podemos dizer que hoje se «define dum modo positivo e claro, o sistema politico da Monarquia, na futura Restauração: — não será a Monarquia Constitucional.»

Aqui está o benéfico resultado de nossa ingrata campanha iniciada há um anno.

Pelo visto, o Conselho fez progressos. Ainda bem.

Oxalá estas e outras afirmações que se contem no manifesto não passem a ser letra-morta, mas de facto a Causa monarchica se torne numa força construtiva, e as varias correntes doutrinárias possam viver sem se atropelarem, e em perfeita situação de igualdade perante El-Rei.

DR. MARIO DE ALBUQUERQUE

Regressou ha pouco tempo do Brasil o nosso querido amigo e brilhante escritor dr. Mario de Albuquerque. Durante os meses que esteve no Rio de Janeiro, onde seu pai, o sr. dr. Alexandre de

Albuquerque ocupa um lugar de alto relevo, o dr. Mario de Albuquerque não permaneceu inactivo, numa preguiça fácil de viajante. No jornal e na conferencia, elle soube impôr a sua clara cultura e o seu talento. Durante um auditorio selecto, o dr. Mario de Albuquerque fez uma conferencia sobre a *Etica de D. Quixote* que toda a imprensa fluminense elogiou. Os seus artigos, publicados no grande jornal do Rio, *O País*, occupam-se de Portugal, e revelam ao publico brasileiro as ideias e o espirito das novas gerações portuguezas.

Compacheiro de Coimbra, foi com a maior alegria que o abraçamos no seu regresso e pudemos felicitá-lo pelos seus triunfos. Camarada de ideias e de fé, o dr. Mario de Albuquerque, que sempre nos acompanhou nas jornadas da *Restauração*, vem trazer á Acção Realista Portuguesa o valor do seu raro talento. Em breve inseriremos colaboração sua. E' com a maior alegria que o vemos voltar, neste momento de sacrificio e de invencível esperanza, ao combate glorioso por um Portugal maior.

OS NOSSOS COLABORADORES

Pode-se dizer que o primeiro volume da «Acção Realista» fecha com chave de ouro. Alem do Comandante H. de Paiva Couceiro, que continua publicando o seu interessantissimo estudo dedicado aos «seus amigos e companheiros», honram pela primeira vez a nossa revista com a sua colaboração neste numero, os srs. D. Luis de Castro, João de Castro e Castelo Branco Chaves. São três nomes sobejamente conhecidos para que careçam apresentação. No entanto, é interessante frisar como três altos espiritos de tão diversa proveniencia — o primeiro, antigo ministro da Corôa, o segundo, chefe de movimento Nacionalismo Lusitano, o terceiro, integralista ligado á junta Central — se reúnem, com Paiva Couceiro, nas paginas da «Acção Realista», num elevado pensamento comum capaz de acordar as virtudes creadoras da raça. E' que o nacionalismo integral, representando a synthese de todas as verdades positivas que hão-de restituir a ordem espiritual e material á nossa patria, ha-de ser fatalmente o ponto para o qual tendem todas as inteligencias e todas as boas-vontades que pretendem colaborar nessa grande obra de regeneração e portugualização de Portugal.

Faça-se em bases sólidas essa aliança de todas as energias nacionalistas em volta do altar de Deus e do altar da Pátria, e em breve a raça portuguesa triunfará de si mesma reatando o fio dos seus gloriosos destinos.

Duas atitudes sociaes

Portugal é um paiz ainda por completar. E' um paiz muito novo e ainda em crescimento, tendo entrado ha um seculo no periodo violento de lutas e revoluções que lhe permitirá a formação de uma ordem nacional propria. Portugal é um paiz que ainda não organisou o seu sistema de civilisação nem o seu sistema social. E ambas estas construções, a fazerem-se, hão-de sahir do embate das forças e das ideias, organicamente, dinamicamente e não de uma construção teorica, importada pela nossa intelligencia de evoluções alheias, em que serviram de conclusão e foram o resultado de lutas e esforços especiaes.

Não póde fazer-se a construção de hoje com um passado nacional que nunca chegou a construir um sistema politico propriamente nosso, fundamentalmente portuguez, em torno do qual podessemos manter-nos num longo periodo de tradição estavel e justificado conservantismo.

As nações não teem uma ilimitada capacidade de invenção politica. Vão a pouco e pouco acumulando qualidades e forças para a formação de um sistema social e depois de alcançado este tornam-se conservadoras, tradicionalistas, tomando por estas expressões a sobreposição destas características ás criações possiveis. Apesar da historia politica do mundo estar quasi por fazer, estes exemplos são evidentes em alguns momentos da historia : por exemplo na marcha convulsa de Roma para o grande momento criador de Julio Cesar, a formação do novo regimen social que convinha ao espirito da raça e á sua função historica e vontade de duração e, após este momento, fixada num longo e lento periodo de conservantismo imperial em que as transformações politicas são quasi nulas. Outro exemplo mais moderno é o do imperio inglez marchando incoerentemente em lutas e divisões e sem finalidade nacional até á acção cesarea de Cromwell e estabilizando-se depois sem profundas modificações num regimen social proprio ao seu crescimento e duração.

E não sendo as nações suscetiveis de sucessivas criações politicas compreende-se o mal que lhes podem causar as revoluções no seu periodo de ordem estavel isto é, de conservação de um regimen politico proprio á nação. Mas por identidade se conclue o mal peor de uma falsa estabilisação da ordem ou de uma contra-revolução não justificada.

Daqui provém o grande problema politico da nossa vida na hora presente. Terá Portugal um regimen politico proprio, criado inteiramente por nós e pelas nossas lutas, diferente dos regimens das outras nações e para sua defeza e crescimento feitos ?

Desta resposta dependeria a nossa attitude consciente numa verdadeira acção politica portugueza. O nosso esforço deveria ser de contra-revolução, ou de revolução, ou de criação, conforme a resposta.

Por mim creio firmemente (e nisto consiste a minha teoria de defeza contra os elementos estrangeiros e de ultra-nacionalismo) que o nosso esforço tem que ser de violenta criação.

Creio firmemente que vamos entrar (o momento preciso não importa) num periodo de congregação instintiva de esforços, preparando o grande momento de criação que em todos os tempos e paizes sempre se chamou — Ditadura. Creio firmemente que essa Ditadura — essa concentração das forças nacionaes num momento de criação e atravez de um homem — essa Ditadura nacional, é a unica preparação certa de qualquer estabilidade.

Mas da França veem as doutrinas da contra-revolução porque em França já a civilização e a vida social e a ordem politica tinham atingido no seculo XVII, com o grande rei Luiz XIV e depois do grande ditador Richelieu, uma perfeição francesa a que a França tem que voltar. E da Inglaterra veem as doutrinas do liberalismo organizado e do regimen parlamentar, porque á Inglaterra são proprios e foram feitos para seu crescimento e defeza numa fusão de imperialismo e liberalismo que nós mal compreendemos.

Mas não importa. Eu continuarei a crer, apesar dos elementos desviados por estas e outras menos inteligentes influencias (como a dos ainda hoje republicanos de 89) que a congregação de esforços para a Ditadura se ha-de dar naturalmente, instintivamente. Basta que nos saibâmos defender um pouco das influencias estrangeiras — e daqui provém a minha doutrina de defeza da criação portuguesa, a que já assistimos no espirito profundo dos nossos poetas e pensadores. Daqui o meu ultra-nacionalismo.

Mas não vem a proposito insistir na minha ousada crença nem nos elementos de prova que possa ter para a demonstrar. Tudo o que disse veio apenas para servir de introdução a umas notas de critica psicologica, comentarios e associações de ideias e de pessoas — que servirão para melhor compreensão do momento que vivemos.

Não o faria no entanto sem ter marcado a minha attitude e a disposição politica do espirito com que vou encarar pessoas e ideias.

Se eu fosse em Portugal um contra-revolucionario passaria uma nota de culpa sobre o seculo XIX, o romantismo, o liberalismo, as revoluções, e justificaria um regimen nacional perfeito que já tivesse existido. E' a attitude de Charles Maurras ou de Leon Daudet em França. Attitude impossivel de tomar sinceramente em Portugal por qualquer portuguez que acima de tudo o queira ser.

Se eu fosse revolucionario, justificaria, ao contrario, tudo o que veio destruir a tradição monarchica e portuguesa, acreditando na evolução para um regimen melhor derivado dessas revoluções. Seria a attitude de Romain Rolland, por exemplo, ou de um Miguel de Unamuno, critico da Casa de Austria e da sua acção imperial.

Mas a attitude criadora e de ditatorialismo dá-me a liberdade de sentir e pensar sobre um periodo de lutas organicas, de males formidaveis, mas preparatorios da ordem nova que será a ordem nacional da nossa raça.

Compreendo o mal e o bem que todos estes movimentos trouxeram e justifico-os, combatendo-os por vezes. Daqui nasce um poder de critica psicologica e de analise dos homens colocados nas suas paixões e ideias que não nos parecem um parentesis na vida portuguesa mas uma colaboração para um fim de que só hoje começamos a tomar consciencia. Estas palavras sobre a minha attitude politica e as minhas certezas servem, pois, de introdução ao que as outras attitudes me possam sugerir.

Comecemos pela análise de duas atitudes sociaes — a de Garrett e a de Herculano. Ambos combateram pela Carta e pelo Romantismo, ambos revolucionarios e tentando renovar Portugal mentalmente e socialmente. Com o liberalismo e o que impropriamente para Portugal se chamou romantismo se iniciou na verdade a grande crise de lutas e revoluções que ainda estamos vivendo. Garrett e Herculano colaboraram nelas intensamente, e a par no periodo de luta. A diferença vem com a vitoria e a pouco e pouco — Herculano afastando-se da colaboração social e acabando no exilio voluntario de Vale de Lobos, Garrett colaborando sempre na vida politica e literaria e não desdenhando ocupar cargos politicos. Destas duas atitudes sociaes a de colaboração social e a outra de não-colaboração e desanimo — só tem logica e beleza a primeira, a de Garrett. E no entanto (como a critica psicologica da vida portuguesa está por fazer !) é a attitude fraca, incoerente e até criminosa de Herculano que todos, revolucionarios e contra-revolucionarios, teem justificado. E' sempre facil agradar aos campos mais adversos com attitudes de abandono e desanimo. Não ha realizações perfectas dos ideaes revolucionarios ; não ha constituições de regimens que possam satisfazer um idealista puro; como é facil por isso o afastamento e o abandono, quando chega a hora das responsabilidades criadoras !

Tem-se a attitude da intelligencia que não se amolda e do character que não se dobra ás conveniencias, ás diminuições da realidade.

E no entanto peor mal não tem havido para o paiz do que esta especial covardia dos superiores. Teve-a Herculano e justificou com ela a subida dos ambiciosos e dos aventureiros ; teve-a Antero do Quental e por ela perdeu o movimento nacional de 1890; teve-a Bazilio Teles teorizador da Republica, ou, melhor, da Ditadura Republicana, entregando por isso o movimento aos carbonarios e aos administradores de concelho da Monarquia. Destas attitudes só a de Antero tem uma justificação, uma alta e nobre justificação que veio a consagrar com a morte. As dos outros são attitudes incoerentes e perigosas.

Todo aquele que colabora numa acção responsabilisa-se pela sua realização futura, boa ou má, ou pelo menos por uma colaboração efectiva que intente modificá-la. Não é fugindo á vida social, não é deixando-nos por testamento uma frase atroz de desanimo, que se pode salvar um paiz. A frase de Herculano — «isto dá vontade de morrer» — tem pesado mais sobre nós do que muitos e muitos erros politicos. Criou em Portugal uma attitude com fóros de intelectual que deixou a colaboração politica efectiva entregue aos mais inferiores e reles. Porque é tal o ambiente de desconfiança moral criado por esta attitude social que hoje querer governar é quasi querer ser deshonesto para a multidão.

A attitude de Herculano só tem justificação na sua fraqueza moral. Porque ele foi revolucionario conscientemente e em nome de ideias bem pensadas e reflectidas. E se é certo que as revoluções feitas por ideologia e sentimentos geraes dão um periodo de realisação amoral e destrambelhado, tambem ele o devia saber anteriormente, ou, pelo menos, reconhecê-lo a tempo e de qualquer modo colaborar com o mal para o diminuir.

Ninguém vive sem ficar marcado pela vida com indeléveis marcas do tempo. Ninguém faz uma acção social ou politica sem sofrer insultos, miserias e tristezas. A vida social é um barro que suja as mãos de quem a molda. Mas a coragem e a dignidade estão em aceitar essa porcaria natural da materia com que se trabalha.

O afastamento para não mergulhar no lodo é o mesmo que deixar subil-o um pouco mais. Só a intervenção, forte e dura, póde diminuir o seu nivel, ao menos, se não fôr possível extingui-lo. O desanimo social — a descrença politica — é a maior das covardias o mais terrível dos crimes contra a vida da nação.

Vale de Lobos é um símbolo do exilio, da descrença, do desanimo mental, a que a atitude de Herculano condenou muitos dos melhores portuguezes.

Garrett ao contrario teve até á morte uma atitude de rigidez moral absoluta. Colaborou revolucionariamente num movimento vital da vida portuguesa e manteve a sua colaboração, sempre, na vida social. Não fez uma enorme obra politica nos logares onde passou? E' já uma observação especial que não importa agora. O que é certo é que pela sua efectiva colaboração, pela sua permanencia na vida politica justificou a continuação de um paiz que depois de uma revolução formidavel só provocava em Herculano a «vontade de morrer». A atitude de Garrett é a grande atitude moral dos pensadores que colaboram efectivamente na vida politica dos povos que os criaram.

E' a unica atitude rigidamente nobre e serena e inteligente.

Enquanto Herculano fazia trabalhos de erudição que é ainda uma fuga á acção social contemporanea, e acabaria desanimado, Garrett colaborava por todos os modos na vida do seu tempo.

Por isso o troçaram e combateram os ridiculos moralistas. Como se fosse incompativel com a superior moral social ou com o pensamento um homem usar casacas bem talhadas, montar elegantemente a cavalo, ou ter uma mulher para encanto de cada um dos sonhos que a sua alma ou o seu corpo lhe concederam !

Assim enquanto Herculano afastado, descrente, desanimador, ficou como um homem do momento e só pelo seu enorme talento se venceu a si proprio, Garrett além de ter renovado uma epoca foi o precursor, inconsciente talvez, mas genial, do grande movimento portuguez, nacionalista, que após os desanimos e as descrenças e as inferioridades romanticas, e pela sua critica, se iniciou.

Herculano ficará pelos seus trabalhos historicos e pela colaboração que deu á criação do genero literario tão grande e tão esquecido do romance historico. Mas Garrett, devido á sua intervenção na vida nacional á sua mistura feliz com todas as suas vagas aspirações, é quasi um renovador da vida portuguesa. Ele é o primeiro a descobrir a alma tradicional da Raça com o romanceiro; o primeiro que renova o lirismo; a construção da prosa; a atitude ironica das ideias, tão nova em Portugal. E' ele ainda quem renova todo o teatro, criando generos novos em Portugal, permitindo a lenta formação de um espirito tragico portuguez que já nele tem esse assombro de clarividencia que é o Fr. Luiz de Sousa.

E não se cansa este homem de comentar os males e erros, e defeitos do regimen liberal. Combatendo-o não por espirito de negação ou desanimo mas por integrado no movimento de evolução para uma ordem que ele ainda não pode entrever.

Destas duas atitudes sociaes, a de Garrett e a de Herculano, é facil concluir qual é a mais logica e productiva. Todo o pensador que se afasta da vida social aniquila-se a si proprio, diminue a obra de que é capaz o seu talento nativo.

Garrett, com o titulo de visconde e tudo, foi o precursor da nossa alma, o criador do primeiro nacionalismo portuguez. A attitude de Herculano, ao contrario, ainda hoje pesa sobre nós como um dobre de finados.

Que os moralistas da moral conjugal e da rigidez dos Catões continuem a louvar a attitude covarde de Herculano. Mas os que lutam e sofrem e esperam, sabem que no lutar e morrer em combate está a suprema elegancia. Que se pode descobrir uma rima para um soneto quando as balas andam em nosso redor.

Que o homem que aceita a vida — para a gosar, ou para a pensar — mas que a aceita energicamente e dominando-a pela vontade está bem longe do fraco moral que o prazer da vida aniquila como impotente para o vencer e se lhe sobrepôr.

E que é bem mais bela e productiva a attitude de colaboração social que todos os afastamentos das moralidades feridas. Antes Garrett que Herculano.

João de Castro.

A geração que veio depois de 5 de outubro — data que va'e como um símbolo — destaca-se fortemente pelo seu espirito e pelo seu pensamento, daquelas funestas gerações que obliteraram, com o seu abstrato individualismo, a alma sagrada do nosso povo. Nem pela mentalidade nem pela psicologia, existe um traço de união entre os novos portuguezes e essas vagas sombras, essas almas decrépitas que para aí vegetam na vida do nosso país, envenando ainda a atmosfera moral e mental com os seus preconceitos cadavericos, o seu espirito simiesco e a sua mole boçalidade incorrigivel. A transformação da vida mental do nosso país data especialmente desde a proclamação da Republica. Foi com a Republica que a crise portuguesa chegou ao seu auge, — aquele ponto definitivo em que se esboça a reacção das energias vitais. As ideias anti-nacionais, que invadiram o nosso país desagregaram a solidariedade firme e fecunda, que foi a atmosfera dos grandes empreendimentos colectivos. O Estado transformou-se num monstro sem alma e em cérebro, — corpo estranho, hostile, dentro duma nação que possuía um tesouro fecundo de virtudes tradicionais. A nação pulverizou-se, perdida a sua unidade, terraplanados num igualitarismo individualista e sufocante, os particularismos activos que se integravam, possuidos do mesmo pensamento patriótico, num vivo e forte nacionalismo. A Pátria já não possuía uma existencia real superior, — o lar augusto dos antepassados, onde como uma chama eterna resplandece a alma formosa da Raça, foi abandonada vilmente pelos portuguezes que trocavam a sua qualidade nobilissima de Lusíadas pelo vago, metafisico, anárquico e anti-humano qualificativo de homens livres! Cem anos de democracia neutralizaram a originalidade da Raça, desviando a nossa historia de seu caminho natural — que é a tradição. A tradição é a persistencia das energias essenciaes dentro duma forte vitalidade renovadora.

Mas a democracia veio sobrepôr á plena elaboração do nosso genio nacional a anarquia, a ausencia de finalidade colectiva, de objectivo portuguez, o esfacelamento cego de todos os valores nacionais. E' com piedade e revolta que podemos ver as derrocadas com que a loucura dos ideólogos tem juncado a terra sagrada da nossa Pátria. Foi neste ambiente de anarquia, de loucura colectiva, que a reacção se operou, — que a idela já ofusca de Pátria se ergueu, religiosa e magnifica, por entre as ruínas dum século de mentiras e de derrocadas. E os novos portuguezes, que ouviram o apêlo da voz re-suscitada da Pátria, obedeceram ao mandato da sua alma profunda, onde vivia, numa penumbra profética, a grande alma ancestral.

João de Castro, que agora fala da sua esperanza lusitanista e do seu desejo fervente de servir, é um desses

ACÇÃO REALISTA

portuguêses de hoje que escutaram a voz épica e religiosa da Pátria abandonada. O seu sonho formoso levou-o já a acção revolucionária. A sua revolução, orientada por um nobre espirito nacionalista, embora malograda logo no início, foi um protesto vigoroso contra a farça criminosa dos políticos de partidos. A alma heroica da nossa terra anima este escritor que, começando por ser republicano, abraçou depois a ideia duma ditadura nacionalista, que estimule as nossas energias latentes, estioladas na miséria da nossa época. Na raiz deste temperamento combativo está um impulsivo espirito de acção, um ardente arranco de batalhador. O optimismo de acção, que libertou do pessimismo decadente a nossa geração, encontram em João de Castro um terreno cheio de belas sementes espirituais. Neste seu artigo, — que é um depoimento de nacionalismo — ha certas afi mações que talvez pareçam, á primeira vista, divergir muito da nossa doutrina. Porém, João de Castro, como nós, tem um conceito historico e positivo da nação. Para elle, a nação é um conjunto de valores orgânicos, não uma turba eleitoral e amorfa. Para elle tambem o Estado é um órgão superior do interesse comum, — um órgão independente de partidos e facções, expressão soberana da permanencia e da continuidade da Pátria. Simplesmente João de Castro considera que, por enquanto, não podemos dar uma solução definitiva ao problema politico. Daí a ditadura que elle considera preparadora duma nova época. Não podemos alongar-nos a provar por que motivos rejeitamos esta doutrina ditatorial. Receamos esses periodos de transição em que o problema do Estado não fica definitivamente solucionado e, portanto ao sabôr de qualquer aventura politica. Não nos move com esta nota nenhum intuito de polémica ; mas não podemos deixar de dizer que João de Castro emprega, com um sentido muito pessoal, a palavra *contra-revolução*, que para nós nunca foi estabilidade, inercia, ou estagnação. Somos contra-revolucionarios porque, como João de Castro, aceitamos a realidade da nação, combatemos as mentiras anti-portuguesas da democracia, dos votos, do sufrágio, da soberania nacional, e desejamos um Portugal íntegro e verdadeiro...

Nacionalista, João de Castro ainda não fincou as suas ideias nacionalistas sobre os alicerces graníticos da legitimidade da dinastia. A dinastia é a cúpula para que tende todo o nacionalismo. Pátria sem dinastia é uma concepção precária e vacilante. E Portugal tem uma dinastia sua, legitima, que hoje, como amanhã, conserva superiormente a continuidade da nossa soberania e independencia. Mas esta divergencia nunca poderia afastar do nosso convívio este belo espirito afirmativo e entusiástico, que está muito próximo de nós. A mesma idealidade lusitanista une, numa íntima comunhão espiritual, os monarchicos da A. P. R., os integralistas, os legitimistas, os cesaristas como João de Castro, e ainda muitos republicanos, como Trindade Coelho, que não conseguiram libertar-se da floresta emaranhada de certos preconceitos caquéticos. Os que defendem o nacionalismo integral, alcançaram, na sua plenitude, o sentido profundo da tradição e do génio português. Os outros, que ainda não acatam o poder legitimo do Rei, hesitam incoerentemente.

Em volta do lar da Pátria, onde a chama votiva arde bela e ressuscitada, vaticinando uma nova época portuguesa — a época Camoneana — todos nós nos encontramos atentos á alma eterna da Raça que nos reúne na comunhão da mesma fé. Enquanto a voz clamorosa dos mortos não nos mandar batalhar o combate sagrado, ainda podemos discorrer placidamente sobre doutrinas. Conservemos a mesma fé, a mesma idealidade, o mesmo amor á Pátria verdadeira e eterna! A verdade portuguesa impôr-se-á ao espirito dos portugueses de boa vontade!

E. G

Por exigência de paginação, fomos forçados a retirar á última hora o artigo do sr. Castelo Branco Chaves «O humorismo de Camilo», do que pedimos desculpa ao seu seu illustre autor. Publica-lo-emos no próximo número.

Acção Realista Portuguesa

JUNTA ESCOLAR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O nosso querido amigo e camarada dr. Henrique de Menezes Parreira, delegado da Acção Realista Portuguesa em Coimbra, deu posse á Junta Escolar da Universidade, que ficou constituída pelos seguintes estudantes:

Luiz de Souza e Vasconcelos, quintanista de direito, presidente, Bento Caldas, Luiz da Camara Pina, João Pinto da Costa Leite (Lumbralles), Vasco Mourão, João Pimentel Calixto e Julio Calheiros.

Estes nomes são bem conhecidos no meio Académico de Coimbra. Os estudantes que compõem a nossa Junta Escolar distinguem-se pela sua intelligencia, pela sua cultura, e pela elevada izeção de caracter,—qualidades que os impõem entre todos os seus colegas. A causa da Monarquia Portuguesa muito tem a esperar desses fieis servidores da ideia nacionalista que, em pleno e vil utilitarismo, elevam o culto da Pátria e do Espirito. Coimbra é uma escola de tradicionalismo e a velha Universidade, que agazalhou a serpente criminosa da Revolução, prepara uma bela e magnifica florescencia de nacionalismo.

Ideia renovadora e fortemente construtiva, aquela que a A. R. P. defende. Para a sua propagação e defeza contamos principalmente com a gente nova das Universidades.— com a intelligencia, sem preconceitos, dos estudantes e com a magnifica independencia do seu espirito. Portugal não morrerá — porque os portugueses novos, abandonando as gerações caquéticas, os velhos de operêta, compreenderam a causa da nossa decadencia.

Aos novos camaradas que compõem a Junta Escolar da Universidade de Coimbra, entre os quais reconhecemos alguns dedicados companheiros do entusiastico grupo da «Restauração», enviamos o nosso abraço da mais firme solidariedade de portugueses conscientes.

A NOSSA ORGANIZAÇÃO EM TRÁS OS MONTES

O delegado da A. R. P. nos distritos de Vila-Real e Bragança, sr. dr. Antas Botelho, comunica-nos estarem constituídas as seguintes delegações concelhias na provincia de Trás-os-Montes:

Mesão Frio — Presidente: Manuel Henrique de Lemos Carvalhais; secretario: Arnaldo de Melo e Vasconcelos.

Régua — Presidente: Emilio Antonio Fernandes; secretario: Henrique Teixeira.

Valpassos — Artur Ferreira de Souza e Castro.

Murça — Amandio Pinto de Almeida.

Sabrosa — Caetano Pinto Tovar.

Mogadouro — dr. Casimiro Alves Machado.

A todos a Acção Realista saúda efusivamente, manifestando a sua fé no trabalho que todos hão-de produzir em favor dos nossos principios tradicionalistas, os únicos capazes de salvarem Portugal. Cumprimenta em especial os srs Manuel H. de Lemos Carvalhais e Caetano Pinto Tovar, que foram administradores dos seus respectivos concelhos na Monarquia de 1919, o sr. Amandio Pinto de Almeida, presidente do Núcleo das Juventudes Monarquicas de Murça, e o sr. dr. Casimiro Machado, um dos elementos mais activos e mais inteligentes do grupo «A Restauração» de Coimbra, de cujo talento e dedicação a Acção Realista muito tem a esperar.

A todos os nossos amigos residentes nos concelhos supra-citados recomendamos que se avistem com os nossos representantes afim de promoverem a rapida organização e expansão da Acção Realista em Trás-os-Montes.

«A MONARQUIA ORGANICA E AS REGALIAS POPULARES»

Realisou-se na passada quinta-feira, a segunda conferencia promovida pela Junta Municipal de Lisboa da Acção Realista Portuguesa.

A vasta sala do palacio Murça, gentilmente cedida pelo sr. dr. José de Arruela para esta série de conferencias, foi pequena para conter o publico desejoso de ouvir o nosso querido amigo sr. Laertes de Figueiredo, e o desenvolvimento do interessante tema que êle escolheu para a sua conferencia. Como na sessão anterior, em que foi orador o sr. dr. Alfredo Pimenta, a sala contigua e o corredor encontravam-se apinhados de gente que já não teve logar na sala grande.

Presidiu á sessão o sr. conselheiro Antonio Cabral, secretariado pelos srs. Enes Trigo, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, e conde de Silves, delegado da Acção Realista no Algarve.

O orador, que é apresentado com palavras de merecido elogio, começa por agradecer essas palavras ao sr. presidente e depois de saudar a Acção Realista, faz uma profissão de fé na Monarquia integral, o regimen qua encheu de gloria a Patria desde D. Afonso Henriques até El-Rei D. Miguel I.

Desenvolvendo o tema de a «Monarquia Organica e as regalias populares», Laertes de Figueiredo estuda na Revolução Francesa as origens do Estado liberal, cujos defeitos estruturais aponta, percorrendo em seguida a nossa Historia a fim de apresentar ao auditório numerosissimos exem-

ACÇÃO REALISTA

plos da íntima aliança que houve sempre entre a Realeza e o Povo.

Entre varios argumentos de ordem sentimental a favor da Monarquia, cita os nomes de D. Diniz, D. Pedro, D. João I, D. João II, D. Pedro V e da rainha Senhora D. Amelia, exaltando as virtudes que tornaram estes soberanos dignos do maximo respeito.

Enumera depois os argumentos de ordem politica, desde a protecção que os povos procuraram nos senhores feudais até ao direito de petição, que transformou alguns dos nossos reis em verdadeiros pais do povo.

Termina mostrando as características da futura Monarquia, que será a Monarquia integralista com todas as qualidades dum sistema organizado conforme a Nação e para a Nação.

O orador foi muito aplaudido.

Antes de se encerrar a sessão, o sr. presidente deu a palavra ao sr. conde de Sucena que, em nome da Comissão Executiva da Acção Realista, expôs em breves palavras a acção que esta tem desenvolvido para a rapida expansão do nosso movimento, terminando por pedir a todos os presentes que auxiliassem quanto possivel aquella Comissão para o breve aparecimento do jornal diário, para a obtensão de novas assinaturas desta revista e de mais inscitos na nossa organização, e finalmente para a criação dum Corpo de Voluntarios da Acção Realista.

Por ultimo, pediu a palavra o sr. Leonardo Severo da Horta, figura de destaque do antigo partido Católico e hoje grande amigo da Acção Realista, que quiz manifestar a sua satisfação por ver que o nosso movimento inscreve na sua bandeira a defeza da Família e de todas as liberdades religiosas e, a propósito, fez uma calorosa apologia do Tradicionalismo e da Igreja no que foi muito aplaudido.

O sr. conselheiro Antonio Cabral encerrou a sessão fazendo o elogio do conferente, o qual conheceu nos cárceres da Republica, e do sr. Horta cujas palavras falaram ao coração de todos os presentes, e terminou afirmando a sua fé nos destinos da Patria sob a Monarquia orgânica, tradicional, anti-parlamentar.

Grande numero das pessoas presentes se inscreveram no nosso movimento, nas listas dos voluntarios, e como assinantes desta revista.

Na noticia da conferência do sr. dr. Alfredo Pimenta, ficou retirado o seguinte paragrafo que hoje inserimos, para que assim fique completa a reportagem da sessão de 27 de novembro:

«A sessão foi presidida pelo sr. D. Tomás de Vilhena, como Logar-Tenente de S. M. El-Rei, que foi recebido na sala com uma prolongada salva de palmas. Terminada a conferencia, o illustre representante do Senhor D. Manuel teve palavras de

elogio para o orador e para a interessante dissertação que acabava de ouvir, confirmando certas passagens da conferencia e manifestando a sua opinião sobre outras. As suas palavras foram muito aplaudidas».

SECRETARIA GERAL

Em vista da grande expansão que está tendo o nosso movimento, resolveu a Comissão Executiva crear uma Secretaria Geral da Acção Realista que absorverá a actual Comissão da Sêde e que funcionará na nossa redacção, todos os dias uteis, das 2 ás 7 da tarde, e das 9 ás 11 da noite.

Compõem-na os nossos devotados amigos: Laertes de Figueiredo, secretário geral, eng.º José Eugenio Duarte Ferreira, tesoureiro, e D. Pedro Escorcio da Camara, secretario-adjunto.

A cargo desta Secretaria fica todo o expediente da Acção Realista, correspondencia, inscrições, etc., devendo a ela dirigir-se todos os nossos amigos de Lisboa e Provincia que desejem boletins, informações, ou quaisquer elementos de propaganda da A. R. P.

UMA CARTA

Dum sacerdote do Minho, cujo nome não estamos autorizados a publicar, recebemos, com o pagamento dobrado da assinatura da «Acção Realista», uma interessante carta, eloquente na sua singeleza, da qual extraimos os seguintes periodos:

«Concordo plenamente com a doutrina na revista expendida, e, segundo as instruções do autor da Carta aberta aos seus amigos e companheiros de luta, amigo dedicado e o unico que manda em mim, vou, da melhor boa vontade, abrir uma subscriçãosinha para a fundação do jornal diário, pela mesma revista preconizado, e depois enviarei o produto.

Nessa ocasião tenciono tambem enviar a minha adesão e de alguns amigos que me acompanham.

Até hoje, á falta de gente neste concelho, tenho chefiado como sei e pesso a Comissão da Politica Monarquica, de harmonia com as instruções do Conselho Superior. Mas, porque hoje ha uma corrente de doutrina oposta ao constitucionalismo, origem de todos os males, estou resolvido a segui-la, concorrendo assim quanto posso para a restauração duma Monarquia nova, muito diferente da que baqueou em 1910, podre e cancerosa».

Agradecendo ao nosso amigo o donativo que nos envio, e as palavras de camaradagem e de fé que aqui ficam arquivadas, oferecemo-las como exemplo que deve ser seguido por todos os que desejem ver aproximar-se o triunfo dos nossos principios salvadores da nacionalidade.

INDICE DOS COLABORADORES

Alfredo Pimenta.. 5, 24, 101, 121, 161 e	187	G. de M..... 67, 110, 150 e	234
Antonio Cabral	21 e 86	H. de Paiva Couceiro. 81, 181, 202, 221 e	250
Antonio de Certima.....	48	João de Castro.....	259
Antonio Fonseca.....	218	José Osório de Oliveira..... 46, 133 e	210
Antonio Valadares Botelho.....	241	Laertes de Figueiredo..... 36, 73, 125 e	173
Augusto da Costa... ..	33 e 239	D. Luis de Castro.....	245
Caetano Beirão... 10, 41, 64, 104, 169 e	190	Luis Chaves	213
Ernesto Gonçalves.. 7, 31, 61, 119, 144 e	196	Luis Costa..... 91, 136, 157 e	175
Fernando Campos..... 15, 51, 76 e	166	Vasco de Mendonça.....	148
Francisco Pereira de Sequeira	44	Visconde de Porto da Cruz.... 30, 53, 96 e	153

INDICE DO 1.º VOLUME

Saudação a El-Rei e Família Real.....	1	A «Acção Realista» e a Imprensa.....	38
Explicando, pel' <i>A Acção Realista Portuguesa</i>	2	Declaração de doutrina.....	40
As minhas razões, por <i>Alfredo Pimenta</i>	5	As «Juventudes» por <i>Caetano Beirão</i>	41
Monarquia e Nacionalismo, por <i>Ernesto Gon-</i>	7	Uma campanha a favor do bom senso, por	44
<i>çalves</i>	7	<i>Francisco Pereira de Sequeira</i>	44
Disciplina, por <i>Caetano Beirão</i>	10	A d snacionalização das nossas colonias, por	46
Ecos.....	13	<i>José Osório de Oliveira</i>	46
O Parlamento (do livro «Os nossos Mestres»)	13	Ecos.....	49
<i>Fernando Campos</i>	15	O idolo de pau, por <i>Fernando Campos</i>	51
Bases de organização da A. R. P.....	17	O perigo judeu (I), pelo <i>Visconde de Porto</i>	53
Epopeia Maldita (excerto) <i>Antonio de Cer-</i>	18	<i>da Cruz</i>	53
<i>tima</i>	18	Acção Realista Portuguesa.....	56
Publicações aconselhadas.....	20	A «Acção Realista» e a Imprensa.....	59
A burla das eleições, por <i>Antonio Cabral</i> ...	21	8 de julho.....	60
E' preciso trabalhar, por <i>Alfredo Pimenta</i> ..	24	Organização, por <i>Ernesto Gonçalves</i>	61
A velha provincia portuguesa, por <i>Luis Cha-</i>	24	A «Acção Realista» e a Igreja, por <i>Caetano</i>	64
<i>ves</i>	26	<i>Beirão</i>	64
Ecos.....	28	Tradição Militar (I), por <i>G. de M.</i>	67
Aos combatentes da Monarquia Nova, pelo	28	Ecos.....	70
<i>Visconde de Porto da Cruz</i>	30	A falencia da Republica e a crise da Naciona-	73
Portugal para os portugueses, por <i>Ernesto</i>	30	lidade, por <i>Laertes de Figueiredo</i>	73
<i>Gonçalves</i>	31	Dois exemplos, por <i>Fernando Campos</i>	76
Os operarios vitimas do Progresso, por <i>Au-</i>	31	A prisão de Laertes de Figueiredo.....	79
<i>gusto da Costa</i>	33	8 de Julho de 1912, por <i>H. de Paiva Cou-</i>	81
O momento monarchico, por <i>Laertes de Fi-</i>	33	<i>ceiro</i>	81
<i>gueiredo</i>	36	A Raça, por <i>Antonio Cabral</i>	86

ACÇÃO REALISTA

Ecos.....	89	O aniversário de um regime, por <i>Laertes de Figueiredo</i>	173
Acção! por <i>Luis Costa</i>	91	O Rei (conclusão), por <i>Luis Costa</i>	175
Um documento que deve ser lembrado.....	93	Livros, por E. G. e F. C.....	179
O perigo judeu (II), pelo <i>Visconde de Porto da Cruz</i>	96	Carta aberta aos meus amigos e companheiros (I), por <i>H. de Paiva Couceiro</i>	181
A «Acção Realista» e a Imprensa.....	99	O Juramento de El-Rei, por <i>Alfredo Pimenta</i>	187
O livro do Sr. João Franco, por <i>Alfredo Pimenta</i>	101	O que nós queremos, por <i>Caetano Beirão</i> ...	190
Pontos nos ii, por <i>Caetano Beirão</i>	104	Ecos.....	195
Ramalho Ortigão e as eleições.....	105	Eleições, por <i>Ernesto Gonçalves</i>	196
Tradição militar (II), por <i>G. de M.</i>	110	A Acção Realista Portuguesa em Trás-os-Montes.....	200
Ecos.....	113	Retrato de S. M. El-Rei D. Manuel II.....	201
Equívoco vulgar, por <i>Luis Chaves</i>	151	Carta aberta aos meus amigos e companheiros (II), por <i>H. de Paiva Couceiro</i>	202
O parlamento e a Nação, por <i>Ernesto Gonçalves</i>	119	Outra vez os literatos verdadeiros, por <i>José Osorio de Oliveira</i>	210
A Causa Monarquica, por <i>Alfredo Pimenta</i> ..	121	Os enfermeiros de Lazaro, por <i>Luis Chaves</i> ..	213
A Monarquia é o verdadeiro regime do povo, por <i>Laertes de Figueiredo</i>	125	Ecos.....	217
Ecos.....	131	O problema nacional, por <i>Antonio Fonseca</i> ..	218
Mais literatos verdadeiros, por <i>José Osorio de Oliveira</i>	133	Acção Realista Portuguesa.....	220
O Rei (I), por <i>Luis Costa</i>	136	Carta aberta aos meus amigos e companheiros (III), por <i>H. de Paiva Couceiro</i>	221
Reacção, pela redacção.....	141	Tradição Militar (III), por <i>G. de M.</i>	234
Reflexões acerca da Carta Constitucional, por <i>Ernesto Gonçalves</i>	144	Acção Realista Portuguesa.....	237
O teatro português e o momento social, por <i>Vasco de Mendonça</i>	148	A crise no seu aspecto economico-social, por <i>Augusto da Costa</i>	239
Liberalismo e Nacionalismo, por <i>G. de M.</i> ...	150	Significado nacionalista, por <i>Antonio de Valadares Botelho</i>	241
Definindo bem..., pelo <i>Visconde de Porto da Cruz</i>	153	Ecos.....	243
O Rei (II), por <i>Luis Costa</i>	157	Dos vinhos e outras mercadorias, por <i>D. Luis de Castro</i>	245
A Restauração e a Carta, por <i>Alfredo Pimenta</i>	161	Carta aberta aos meus amigos e companheiros (III), por <i>H. de Paiva Couceiro</i>	250
Novo Rumo? por <i>Fernando Campos</i>	166	Ecos.....	257
As bases da Restauração, por <i>Caetano Beirão</i>	169	Duas atitudes sociaes, por <i>João de Castro</i> ...	259
Ecos.....	171	Acção Realista Portuguesa.....	265

SUBSCRIÇÃO

PARA

O Jornal da Acção Realista

aberta por esta revista

Transporte..... 14.623\$150

Lista do sr. Herminio Antunes :

João Baptista Junior.....	5\$000
Aires da Silva.....	5\$000
Francisco dos Santos.....	20\$000
Antonio Mendes Gaivão.....	25\$000
Joaquim Cruz.....	10\$000
Joaquim Dias da Conceição.....	10\$000
Joaquim Vieira Mendes Lima.....	50\$000
Antonio Vieira M. Lima.....	<u>50\$000</u>

175\$000

Lista do sr. Leão de Sacadura Cabral :

Leão de Sacadura Cabral.....	20\$000
Antonio Monteiro.....	25\$000
Manuel da Silva Torres.....	10\$000
Um Monarquico.....	10\$000
Um Conservador.....	5\$000
Um Anonimo.....	<u>10\$000</u>

80\$000

A. B. P. (Coimbra) quota de dezembro..... 5\$500

Ismenio de Sousa Lima (quota de novembro)..... 4\$000

» » » » » » dezembro)..... 4\$000

Antonio Gonçalves Leitão..... 5\$000

Joaquim de Souza Pinto..... 5\$000

14.901\$650

Os srs. Herminio Antunes e Leão de Sacadura Cabral, são dois dedicados amigos da «Acção Realista» que, depois de terem obtido grande numero de assinaturas desta revista, andam angariando donativos para o nosso jornal.

Um abraço de agradecimento.

O jornal vem abrir orizontes novos a esta cruzada que empreendemos. Que todos os nossos amigos compreendam isto e juntem os seus esforços para que a subscrição geral ultrapasse brevemente os 100 contos.

Todos os donativos devem ser enviados ao tesoureiro da Secretaria Geral da Acção Realista, o ilustre engenheiro e proprietário sr. José Eugénio Duarte Ferreira, rua da Barroca, 59, r/c.

A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a FAMILIA, o MUNICIPIO e o SINDICATO PROFISSIO-NAL;

A constituição dumas CORTES GERAIS representativas dos interesses da IGREJA, da TERRA, da INTELIGENCIA e da PRODUÇÃO;

UM REI que GOVERNE e escolha LIVREMENTE os seus ministros, RESPONSÁVEIS PERANTE ELE;

Uma MONARQUIA, enfim, liberta de todas as mentiras democráticas, expressão fiel da TRADIÇÃO PORTUGUESA e do verdadeiro INTERESSE NACIONAL.

Monarquicos! Inscrevei-vos

na

Acção Realista Portuguesa

Rua da Barroca, 59, s/loja — LISBOA

+ Couro